

A CIÊNCIA DIPLOMÁTICA PARA UMA ANÁLISE DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS: UMA REFLEXÃO PAUTADA NA PUBLICIDADE

DIPLOMATICS SCIENCE FOR ANALYSIS OF PHOTOGRAPHIC DOCUMENTS: A GUIDED REFLECTION WITHIN THE ADVERTISING

Aline Ribeiro de Farias
Telma Campanha de Carvalho Madio

Resumo: A ciência contemporânea Diplomática é cada vez mais aplicada a documentos fotográficos, com o objetivo de compreender o contexto documental e, especialmente, a compreensão da fotografia enquanto original. A partir daí, há um pretexto para discutir no âmbito da Ciência da Informação, com ênfase em uma organização publicitária, qual documento, negativo, fotografia ou produto final é considerado natureza arquivística.

Palavras-chave: Diplomática. Documento Fotográfico. Publicidade.

Abstract: The Diplomatic contemporary science is increasing applied to photographic documents, aiming to the understanding of documentary context and especially the understanding of the original photo. From this, there is a pretext to discuss the scope of the Information Science with emphasis on an advertising organization, which document, negative, photograph or final product is considered archival nature.

Keywords: Diplomatic. Photographic Document. Advertising.

1 INTRODUÇÃO

Estamos diante de um avanço tecnológico estrondoso, onde a busca por informações ocorrem a todo o momento. Raras as vezes nos damos conta de que as informações as quais buscamos podem não ter uma confiabilidade e nos tragam diversos problemas. Graças a essas adversidades e com a vinda da Lei de Acesso à Informação²¹², cada vez mais existe uma procura pelos arquivos e pelas práticas arquivísticas que garantam o valor legal e fidedigno aos documentos. Isso é visualizado por Duranti ao dizer que: Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam, relação essa que é plenamente explorada no nível teórico pela Diplomática e no nível prático por numerosas leis nacionais. (DURANTI, 1994).

Para respaldar a Arquivologia na garantia dessas informações, a mesma se vincula à Diplomática, utilizando-a como uma ferramenta científica para auxiliar na tomada de decisão

²¹² Lei regulamentadora do direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos, no que tange os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelecidos pela Diplomática para encontrar a autenticidade dos documentos.

sobre as questões em torno da gênese e análise documental da autenticidade dos documentos contemporâneos.

2 CIÊNCIA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Com o propósito de distinguir a autenticidade documental e analisar a questão da falsificação nos documentos medievais, a Diplomática surge em meados do século XVII. Tem por definição a ocupação “[...] da estrutura do ato formal dos atos escritos de origem governamental ou notarial [...] para efeito de validade” (BELOTTO, 2008, p. 01) e ainda podem “fornecer a descrição e a explicação da estrutura formal dos atos escritos, sua autenticidade e fidedignidade” (BELOTTO, 2008, p. 01). Tem como foco de estudo a estrutura formal do objeto da Arquivologia, a “[...] unidade arquivística elementar [...]” (CARUCCI, 1987 apud BELOTTO, 2008, p. 04) onde se definirá a espécie documental e irá se concentrar “[...] na gênese, na constituição interna na transmissão e na relação dos documentos entre seu criador e o seu próprio conteúdo, com a finalidade de identificar, avaliar e demonstrar a sua verdadeira natureza” (DURANTI, 1995 apud BELOTTO, 2008, p. 05). Voltada desde o começo ao formato textual, a análise diplomática passa por uma reconfiguração e introduz em meados da década de 1970, estudos voltados aos novos formatos documentais. Esses começaram a aparecer frequentemente nos ambientes arquivísticos, sendo necessária uma adaptação também da Arquivologia a essa nova realidade. Para que houvesse uma aplicabilidade segura, utilizou-se dos preceitos diplomáticos, mas de uma forma contemporânea, para assegurar a compreensão da gênese documental e o entendimento dos conjuntos documentais, proposta por Luciana Duranti ao relatar:

As fontes usadas para chegar à proveniência de um fundo e obter o conhecimento das funções são confiáveis, porém não suficientes. É necessário conhecer as atividades específicas de cada organismo e isso só é possível a partir das informações reveladas no próprio documento (DURANTI, 1995, p. 202).

Esse novo método foi instaurado como estudo da Tipologia Documental, onde através da análise tipológica, é possível que o profissional arquivista, entenda o processo de criação, a funcionalidade e o contexto de forma evidente através dos elementos internos e externos. Dessa nova reconfiguração surge uma estrutura crítica de análise da Diplomática nos documentos, sendo exposta da seguinte forma:

- Elementos externos (suporte, escrita, linguagem, sinais especiais, selos, anotações); elementos internos (protocolo e subseções, texto e subseções, escatocolo e subseções);

- Pessoas (autor do ato, autor do documento, destinatário do ato, destinatário do documento, escritor, controlador de assinatura, testemunho);
- Qualificação de assinaturas (títulos e capacidade das pessoas envolvidas);
- Tipo de ato (simples, contratual, coletivo, múltiplo, complexo ou de procedimento);
- Nome do ato;
- Relação entre documento e procedimento (especificação da fase do procedimento geral sobre o que se refere o documento e, se o documento surge de um “ato de procedimento”, a fase do procedimento correspondente);
- Tipo de documento (nome – carta, escritura; natureza - público ou privado; ação – dispositivo ou probatório; estado – original, cópia)
- Descrição diplomática (contexto – ano, mês, dia, lugar; ação – pessoas, atos; documento – nome da forma, natureza, função, estado, suporte, quantidade);
- Comentários conclusivos (DURANTI *apud* TOGNOLI, 2010, p.124).

Através dessa análise é possível a reconstrução do contexto de produção do conjunto documental, mostrando a possibilidade de estudo das etapas nos novos modelos documentais, configurados a cada realidade e sendo necessária a Arquivologia, pois:

[...] a análise das características formais e substanciais dos documentos é indispensável para identificar as séries, para reconduzir documentos singulares aos arquivos de origem, para entender em quais relações se encontram os documentos referentes a um mesmo procedimento conservados em séries distintas. (CARUCCI, 1987 *apud* TOGNOLI, 2010, p.92).

3 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO ANALISADO

De acordo com a breve introdução, três tipos diferentes de documentos fotográficos foram encontrados, sendo eles: Negativo Fotográfico, Positivo Fotográfico e Imagem Publicitária. Primeiramente, o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005), caracteriza negativo como sendo uma “Imagen fotográfica formada quando se impressiona diretamente uma chapa ou um filme (1), em que os tons claros e escuros do objeto aparecem invertidos”. Desse formato, podem ser reproduzidas, desde que não esteja danificado, diversas cópias (ampliações) positivas do mesmo conteúdo, divergindo apenas em questões de qualidade, coloração, etc.

O positivo fotográfico é conceituado como sendo a “Imagen fotográfica que tem a polaridade do original (1)” (ARQUIVO NACIONAL, 2005), mais precisamente, é a ampliação ou contato que apresenta as mesmas formas e tonalidades da cena retratada. Entretanto, ambos os formatos utilizam-se da imagem como matéria-prima do conteúdo.

Considerada como uma “Representação gráfica, plástica ou fotográfica de seres, objetos ou fatos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005), ela é de grande utilidade, uma vez que é um dos produtos mais empregados pela Publicidade e Propaganda atualmente. Esses três modelos são consumidos diariamente pela sociedade, apesar disso, cada vez mais o negativo, que é resultado do processo analógico fotográfico cai em desuso para os procedimentos tecnológicos digitais. Um dos exemplos onde a fotografia ganha maior enfoque de prova é nos processos judiciais, onde a mesma deve estar segundo o Código de Processo Civil (CPC) art. 385, § 1º, in verbis: “§ 1º. Quando se tratar de fotografia, esta terá de ser acompanhada do respectivo negativo”. Dessa forma, a segurança do atestado de inexistência de alteração ou manipulação imagética é quase que garantida.

Quando em formato digital, para ganhar uma validade ainda não reconhecida, deve estar munida dos instrumentos mecânicos de produção. Conquanto, devemos reconhecer que a publicidade utiliza-se das mais variadas formas de alteração e manipulação para chegar ao gosto ideal dos consumidores e fazer com que a imagem veiculada pela propaganda do produto seja um objeto de desejo do público alvo. Costa confirma essa intenção ao analisar a intencionalidade de sensações e o destino a ser compreendido pelo receptor, não deixando de lado o que a publicidade quer apresentar: “representações sociais, a imaginação coletiva”, (COSTA, 2008, p. 89). Para discutirmos sobre Diplomática incorporada nos Documentos Fotográficos, faremos antes um exercício de análise diplomática com um dos três formatos salientados acima. Exercício de estruturação da análise proposta por Luciana Duranti:

FIGURA 1 - Negativo fotográfico



Fonte: pt.wikipedia.org

1. Elementos Externos

- 1.1 Suporte – Triacetato de Celulose
- 1.2 Linguagem – Imagética
- 1.3 Sinais especiais, selos e anotações – Dados sobre o filme fotográfico;

2. Elementos Internos

- 2.1 Protocolo - Início do rolo fotográfico (ex. primeiro fotograma após informações de caráter externo)
- 2.2 Texto - Conteúdo imagético representado, com especificação
- 2.3 Escatocolo – Final do filme fotográfico (ex. filme com trinta cenas, 30º fotograma);

- 3. Pessoas
 - 3.1 Autor do ato – Publicitário responsável pela propaganda
 - 3.2 Autor do documento – Fotógrafo
 - 3.3 Destinatário do Ato – Editor de Imagens
 - 3.4 Destinatário do documento – Publicitário
 - 3.5 Escritor – Fotógrafo
 - 3.6 Testemunho – Participantes da etapa fotográfica;

- 4. Qualificação de assinaturas - Fotógrafo competente para o ramo da Publicidade e Propaganda;

- 5. Tipo de ato – Depende da cena a ser retratada;

- 6. Nome do Ato – Sessão de fotografias para propaganda (...);

- 7. Relação entre documento e procedimento – fase inicial de obtenção da imagem para o produto final;

- 8. Tipo de documento
 - 8.1 Nome – Negativo
 - 8.2 Natureza – Privado
 - 8.3 Ação – Probatório do ato fotográfico
 - 8.4 Estado – Original;

- 9. Descrição diplomática
 - 9.1 Contexto - Datação da imagem (dia, mês e ano)
 - 9.2 Ação – Fotografia com a representação de algo para determinada publicidade
 - 9.3 Documento – Original
 - 9.4 Função – Oferecer a matéria prima para o produto final
 - 9.5 Quantidade – Quantidade de filmes e de fotogramas;

- 10. Comentários conclusivos – Breve descrição do conteúdo imagético

A utilização da estruturação de análise proposta por Duranti é a mesma em qualquer fase documental, a diferenciação ocorre na descrição dos metadados utilizados nessa estruturação, como suporte, utilização de diferentes linguagens junto à linguagem imagética, elementos de composição do documento e principalmente tipo documental.

Através desse exercício observa-se a possibilidade da utilização da Diplomática para com os documentos contemporâneos. Esses documentos são de arquivos, pois são:

[...] produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justifiquem sua existência como tal,

guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos ou legais. Tratam, sobretudo de provar, testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte (BELOTTO, 2004, p.37).

Esses três exemplos comprovam momentos e atividades distintas dentro de uma agência publicitária, por isso devem ganhar o reconhecimento dito por Delmas, que expõe que os documentos orgânicos (ou seja, arquivísticos), produzidos no curso de uma atividade, carregam a partir de seu contexto de gênese, sinais de validação: "o fato de não serem atos gratuitos confere à informação neles contida a presunção de autenticidade" (DELMAS, 1996 apud CAMARGO, 1998, p. 172). E na informação orgânica e estruturada, e não mais no meio de veicular, que se encontra a autenticidade de um documento. Essa autenticidade, segundo Bearman (1994 apud CAMARGO, 1998, p. 173), é quem cede a possibilidade de reconhecimento do documento, independente se o mesmo passou por processos que modificaram a veracidade de seu conteúdo quando comparado ao real, no caso da publicidade.

4 CONCLUSÕES

Em síntese, após refletir, temos por conclusão de que os três exemplos documentais são originais em determinado contexto de sua produção, pois comprovam determinadas atividades em momentos e estágios diferenciados, para a elaboração do produto final a ser veiculado aos consumidores. São também passíveis de análises diplomáticas, abordando explicitamente os laços dos componentes com as ações desenvolvidas, as relações dos tipos documentais com os tipos de procedimentos envoltos para a produção do mesmo, nunca deixando de compreender o início dessa relação. A utilização da ciência Diplomática pela Arquivologia, também norteia, de forma consciente, o reconhecimento das espécies e tipos documentais, orientando de forma controlada o desenvolver desses especificadamente. E ainda, tendo em vista o âmbito do profissional, o mesmo não deve deixar de pensar em novos documentos, mesmo com as modificações físicas. Além do que, esses profissionais são detentores e gestores das informações, e devem disseminá-las de forma eficiente e eficaz para quem dela necessitar. Para isso a tecnologia vem favorecer o profissional, pois consegue distribuir as informações que custodia em um espaço de tempo abrangente, sempre acautelando sobre a legalidade e a intencionalidade dessas informações.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BEARMAN, David. Electronic evidence: strategies for managing records in contemporary organizations. **Archives & Museum Informatics**. Pittsburgh, 1994.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CAMARGO, A. M. de A. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CARUCCI, P. **II documento contemporaneo**: Diplomatica e critério di edizione. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

COSTA, Joan. **A imagem da marca**: um fenômeno social. São Paulo: Edições Rosari, 2008.

DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information. **The American Archivist**, Chicago, v. 59, n. 4. 1996.

DURANTI, L. **Diplomatica**: usos nuevos para uma antigua ciéncia. Carmona, Sevilla: S&V Ediciones, 1995.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, 1994.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciéncia da Informação). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, N. B. GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciéncia da Informação**, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2011.